



Lucas Rocha Furtado

BRASIL E CORRUPÇÃO

Análise de Casos

(Inclusive da Operação Lava Jato)

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
ECONOMIA, FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E HISTÓRIA.

Público-alvo/consumidores
QUALQUER CIDADÃO BRASILEIRO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10001379

Buscar-se-á, por meio do exame de escândalos noticiados nos mais importantes meios de comunicação do Brasil, fazer o acompanhamento – passo a passo – da divulgação de cada uma das medidas adotadas e comparar esses casos com a Operação Lava Jato, para se concluir, ao final, que a punição dos culpados e o adequado funcionamento das estruturas administrativas e legais constituem a única forma de se combater efetivamente a corrupção pública.

A corrupção verificada na Operação Lava Jato envolve quantias que não foram definidas até o momento, mas que alcançam a cifra de bilhões de dólares americanos, e permitem afirmar que não é a formação cultural do brasileiro, mas falhas (no caso, legais) que propiciam a corrupção.

A luta contra a corrupção, que sempre fez parte da história do Brasil, ganhou maior ênfase nos últimos anos, em razão, sobretudo, dos efeitos produzidos na economia do País, o que provocou deterioração na qualidade de vida da população, especialmente da mais pobre, aquela que mais necessita da prestação de serviços públicos.

O maior apoio da população revela-se essencial ao tema, e seus efeitos podem ser constatados com a maior eficácia desde o caso denominado Mensalão, sendo ainda mais visíveis na Operação Lava Jato.

O avanço da democracia é fundamental ao combate à corrupção, inclusive seu acompanhamento pela imprensa, o que pode ser confirmado pelo exame de inúmeros casos:

1. Caso Jorgina de Freitas;
2. Escândalo dos “Anões do Orçamento”;
3. Escândalo das ambulâncias;

4. Fraude na SUDAM;
5. Processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello;
6. Operação Curupira;
7. Escândalo dos bancos Marka e FonteCindam;
8. Escândalo da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo; e
9. Operação Lava Jato.

Igualmente, deve-se ter em conta que investigações conduzidas pela Polícia Federal brasileira constituem novidade na luta contra a corrupção no Brasil. Os métodos utilizados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União se somam aos novos métodos investigativos (como escutas) da Polícia Federal e permitem a relação de esquemas de corrupção, relação esta que, de outro modo, não seria possível.

Além da questão democrática e da grande ênfase dada pela imprensa, a maior eficácia da Operação Lava Jato está diretamente relacionada aos novos instrumentos processuais, como a delação ou colaboração premiada, criada pela Lei nº 12.850, de 2013; não obstante, quando escrevemos estas linhas, ela não tinha sido concluída.

A corrupção é crime sem rastro, ou, em linguagem processual, sem provas. É necessário que alguém que integre o grupo denuncie o esquema de corrupção para que ela possa ser investigada e punida. Assim, demonstrar-se-á a importância da delação premiada.

Democracia, imprensa e novos instrumentos processuais mostram-se essenciais à luta contra a corrupção, conforme pode ser comprovado nos capítulos deste livro.

F992b Furtado, Lucas Rocha

Brasil e corrupção: análise de casos (inclusive a lava jato)/ Lucas Rocha Furtado.– Belo Horizonte : Fórum, 2018.

238 p.

ISBN: 978-85-450-0481-3

1. Direito Administrativo. 2. Sociologia. 3. Economia. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FURTADO, Lucas Rocha. *Brasil e corrupção: análise de casos (inclusive a lava jato)*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 238 p. ISBN 978-85-450-0481-3.

Lucas Rocha Furtado é Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Professor efetivo de Direito da Universidade de Brasília (UNB), onde leciona as disciplinas Direito Administrativo I e II. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Público pela Universidade de Brasília. Pós-graduado em Direito Administrativo pela Universidade de Salamanca (Espanha). Doutor pela Universidade de Salamanca (Espanha).

É autor das obras:

- *Princípios Gerais de Direito Administrativo*. Fórum, Belo Horizonte, 2016.
- *As raízes da corrupção no Brasil*. Fórum, Belo Horizonte, 2015.
- *Curso de Licitações e Contratos Administrativos*. Fórum, Belo Horizonte, 2007.
- *Curso de Direito Administrativo*. Fórum, Belo Horizonte, 2007.
- *Licitações e Contratos Administrativos: Teoria, Prática e Jurisprudência*. Atlas, São Paulo, 2001.
- *Sistema de Propriedade Industrial no Direito Brasileiro*. Brasília Jurídica, Brasília, 1996.

Em coautoria, escreveu as obras:

- *O Novo Código Civil: Estudos em Homenagem ao Prof. Miguel Reale*. Editora LTr, São Paulo, 2003.
- *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Mandamentos, São Paulo, 2003.
- *Política de Patentes em Saúde Pública*. Atlas Jurídico, São Paulo, 2001..

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
CAPÍTULO 1	
A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS RELACIONADOS AO ESTUDO DO TEMA	21
1.1 A história da corrupção no Brasil.....	21
1.2 A importância do estudo da corrupção.....	28
1.3 O que é a corrupção e as razões para combatê-la	32
1.3.1 A impossibilidade de conceituar a corrupção	33
1.3.2 A corrupção privada	36
1.3.3 O Direito Penal, o Direito Administrativo e o Direito Privado como instrumentos de combate à corrupção.....	41
1.3.4 Características da corrupção.....	46
1.3.5 Propostas para combater a corrupção	49
1.4 Efeitos da corrupção.....	50
1.4.1 Efeitos benéficos da corrupção?	51
1.4.2 Efeitos políticos.....	52
1.4.3 Efeitos econômicos e sociais.....	55
1.4.4 Efeitos administrativos	59
1.5 Administração Pública e corrupção.....	61
1.5.1 Administração Pública e Estado de Direito.....	62
1.5.2 Tipos de corrupção no âmbito da Administração Pública	64
1.5.3 Causas da corrupção na atividade administrativa	65
CAPÍTULO 2	
EXAME DE CASOS	67
2.1 A importância do estudo de casos	67
2.2 Fraude na Previdência Social.....	70
2.2.1 Apresentação do caso.....	70
2.2.1.1 Área em que se verificou a fraude	70
2.2.1.2 Como o escândalo se tornou conhecido.....	72
2.2.2 Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude	73
2.2.2.1 Falhas na legislação	73
2.2.2.2 Falhas estruturais.....	73
2.2.2.3 Carência de pessoal qualificado	75
2.2.2.4 Instabilidade macroeconômica, com sucessão de planos econômicos	75
2.2.3 Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes.....	76
2.2.3.1 Ações propostas.....	76
2.2.3.2 Recursos recuperados	76
2.2.3.3 Sanções aplicadas	78
2.2.3.4 Melhoria na legislação	81
2.2.3.5 Melhoria nas estruturas	82
2.3 O escândalo dos “Anões do Orçamento”	84
2.3.1 Apresentação do caso.....	84
2.3.1.1 Área em que se verificou a fraude	84
2.3.1.2 Como o escândalo se tornou conhecido.....	86
2.3.2 Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude	86
2.3.2.1 Falhas na legislação	86
2.3.2.2 Falhas estruturais.....	87
2.3.2.3 Carência de pessoal qualificado	88
2.3.3 Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes.....	88
2.3.3.1 Ações propostas.....	88
2.3.3.2 Recursos recuperados	90

2.3.3.3	Prisões decretadas	90
2.3.3.4	Consequências para os principais envolvidos	91
2.3.3.5	Melhoria na legislação	92
2.3.3.6	Melhoria nas estruturas	93
2.4	Escândalo das ambulâncias (ou máfia das sanguessugas)....	93
2.4.1	Apresentação do caso.....	93
2.4.1.1	Área em que se verificou a fraude	93
2.4.1.2	Os grupos envolvidos e o modo de atuação.....	94
2.4.1.3	Como o escândalo se tornou conhecido.....	98
2.4.2	Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude	98
2.4.2.1	Falhas na legislação	98
2.4.2.2	Falhas nos diversos procedimentos referentes a transferências voluntárias.....	99
2.4.2.3	Ausência de estrutura de controle adequada	101
2.4.3	Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes.....	101
2.4.3.1	Ações propostas no âmbito da CPMI	101
2.4.3.2	Prisões decretadas e denúncias apresentadas pelo Ministério Público	102
2.4.3.3	Recursos recuperados	104
2.4.3.4	Melhoria na legislação	105
2.4.3.5	Melhoria nas estruturas administrativas	105
2.5	Corrupção na Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia	106
2.5.1	Apresentação do caso.....	106
2.5.1.1	A criação e os objetivos da Sudam.....	106
2.5.1.2	Os esquemas de corrupção na Sudam.....	107
2.5.1.3	Os casos mais rumorosos de corrupção na Sudam	109
2.5.2	Fatores que propiciaram a ocorrência de esquemas de corrupção na Sudam	112
2.5.2.1	Falhas e deficiências na estrutura da Sudam e na legislação que regia a atuação da autarquia	112
2.5.2.2	Falhas e deficiências de controle	113
2.5.3	Medidas adotadas pelo Poder Público ante os esquemas de corrupção na Sudam	113
2.6	Corrupção e <i>impeachment</i> : o caso Collor.....	115
2.6.1	Apresentação do caso.....	115
2.6.1.1	Área em que se verificou a fraude	115
2.6.1.2	Como o escândalo se tornou conhecido.....	116
2.6.2	Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude	116
2.6.2.1	Falhas na legislação	116
2.6.2.2	Falhas estruturais.....	118
2.6.2.3	Carência de pessoal qualificado	119
2.6.3	Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação do escândalo.....	119
2.6.3.1	Ações propostas.....	119
2.6.3.2	Recursos recuperados	123
2.6.3.3	Prisões decretadas	123
2.6.3.4	Melhoria na legislação	123
2.6.4	Outros comentários.....	124
2.7	Operação Curupira.....	128
2.7.1	Apresentação do escândalo.....	128
2.7.2	Área em que se verificou a fraude	129
2.7.3	Como o escândalo se tornou conhecido.....	130
2.7.4	Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude	132
2.7.4.1	Falhas no sistema de controle do transporte de madeira	132
2.7.4.2	Carência de pessoal qualificado	133

2.7.5	Ineficácia da administração na fiscalização e na punição dos responsáveis.....	135
2.7.6	Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação do escândalo.....	137
2.7.6.1	Ações propostas.....	137
2.7.6.2	Prisões decretadas.....	140
2.7.6.3	Melhoria na legislação e na estrutura.....	142
2.7.7	Conclusão.....	143
2.8	O escândalo dos bancos Marka e FonteCindam.....	144
2.8.1	Apresentação do caso.....	144
2.8.1.1	Área em que se verificou a fraude.....	144
2.8.1.2	Ambiente em que se deu a fraude.....	145
2.8.1.3	Elementos da fraude.....	147
2.8.1.4	Como o escândalo se tornou conhecido.....	148
2.8.2	Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude.....	148
2.8.2.1	Falhas na legislação.....	148
2.8.2.2	Falhas estruturais.....	149
2.8.2.3	Carência de pessoal qualificado.....	149
2.8.3	Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes.....	149
2.8.3.1	Recomendações da CPI.....	149
2.8.3.2	Recursos recuperados.....	151
2.8.3.3	Prisões decretadas.....	151
2.8.3.4	Melhoria na legislação.....	152
2.8.3.5	Melhoria nas estruturas.....	154
2.9	O escândalo dos precatórios.....	154
2.9.1	Apresentação do caso.....	154
2.9.1.1	Definição de precatório judicial.....	154
2.9.1.2	Área em que ocorreu a fraude.....	155
2.9.1.3	Principais envolvidos.....	159
2.9.1.4	Como o escândalo se tornou conhecido.....	162
2.9.2	Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude.....	162
2.9.3	Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes.....	163
2.9.3.1	Ações propostas.....	163
2.9.3.2	Prisões decretadas.....	163
2.9.3.3	Recursos recuperados.....	164
2.9.3.4	Melhoria na legislação.....	164
2.9.3.5	Melhoria nas estruturas.....	165
2.10	Escândalo da construção do fórum trabalhista de São Paulo.....	165
2.10.1	Apresentação do caso.....	165
2.10.1.1	Área em que se verificou.....	165
2.10.1.2	Como o escândalo se tornou conhecido.....	167
2.10.2	Razões que propiciaram a ocorrência da fraude – Esquema de desvio de recursos.....	167
2.10.2.1	Edital de licitação impreciso e vago.....	168
2.10.2.2	Falta de qualificação técnica e econômica da empresa contratada.....	169
2.10.2.3	Pagamentos sem a contrapartida em serviços.....	169
2.10.2.4	Lavagem do dinheiro.....	170
2.10.2.5	Pagamentos a agentes públicos.....	172
2.10.2.6	Fraude na fiscalização da obra (superfaturamento de serviços).....	173
2.10.2.7	Aditivos contratuais indevidos.....	174
2.10.2.8	Falhas graves nos projetos de construção e dificuldades para a mensuração do real valor da obra.....	174
2.10.2.9	Resumo das falhas que propiciaram a fraude.....	174
2.10.2.10	Agentes envolvidos.....	175

2.10.3	Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes	177
2.10.4	Sanções aplicadas e recuperação dos valores desviados.....	186
2.10.5	Modificações na legislação e nas estruturas da Administração Pública	189
2.10.6	O impacto do escândalo na mídia	189
2.11	Escândalo do Mensalão.....	190
2.11.1	Apresentação do caso	190
2.11.1.1	Área em que se verificou a corrupção.....	190
2.11.1.2	Os grupos envolvidos e o modo de atuação	191
2.11.1.2.1	Origem dos recursos do Mensalão	195
2.11.1.2.2	Repasse dos recursos do Mensalão	197
2.11.1.3	Como o escândalo se tornou conhecido.....	198
2.11.2	Razões que propiciaram a ocorrência da fraude	200
2.11.2.1	Falhas na legislação.....	200
2.11.2.2	Falhas no modelo político.....	201
2.11.3	Medidas adotadas pelo poder público após a divulgação das fraudes	202
2.11.3.1	Ações propostas no âmbito da CPMI dos Correios	202
2.11.3.2	Prisões decretadas e denúncias apresentadas pelo Ministério Público	203
2.11.3.3	Recursos recuperados.....	206
2.11.3.4	Melhoria na legislação	207
2.11.3.5	Melhoria nas estruturas.....	210
2.12	Quadro geral	215
2.13	Impressões resultantes da divulgação dos diversos escândalos e análise das medidas adotadas.....	216
CAPÍTULO 3		
OPERAÇÃO LAVA JATO		221
3.1	Aspectos gerais	221
3.2	Apresentação do caso.....	225
3.3	Área em que se verificou a fraude	226
3.4	Como o escândalo se tornou conhecido.....	227
3.5	Indicação das razões que propiciaram a ocorrência da fraude	227
3.6	Medidas adotadas pelo Poder Público após a divulgação das fraudes.....	228
CONCLUSÕES		231
REFERÊNCIAS.....		233